



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA NAS AULAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO BÁSICO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
DE SÃO VICENTE DO SUL**

ANA PAULA DE AGUIAR BARCELOS

**Jaguarão
2022**

ANA PAULA DE AGUIAR BARCELOS

**IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA NAS AULAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO BÁSICO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
DE SÃO VICENTE DO SUL**

Projeto de pesquisa apresentado ao
Curso de Letras - Português da
Universidade Federal do
Pampa/Universidade Aberta do Brasil
como requisito básico para a aprovação
no componente curricular TCC I.

Profa.orientadora: Ma. Carla Alves Lima

**Jaguarão
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B242i Barcelos, Ana Paula de Aguiar
IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA NAS AULAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO BÁSICO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
DE SÃO VICENTE DO SUL / Ana Paula de Aguiar Barcelos.
23 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2022.
"Orientação: Carla Alves Lima".

1. O ÍNICIO DO ENSINO REMOTO. 2. BNCC, SUAS HABILIDADES EM
LÍNGUA PORTUGUESA E OS DESAFIOS NA PANDEMIA. I. Título.

ANA PAULA DE AGUIAR BARCELOS

**IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA NAS AULAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO BÁSICO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
DE SÃO VICENTE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português EaD,
da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de maio de 2022.

Banca examinadora:

Profa.Ma. Carla Alves Lima (orientadora)

Profa. Ma. Virginia Lucena Caetano (banca avaliadora)

Profa. Ma. Aline Moura Domingues Marsico (banca avaliadora)



Assinado eletronicamente por **Virginia Barbosa Lucena Caetano, Usuário Externo**, em 13/05/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Carla Alves Lima, Usuário Externo**, em 13/05/2022, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALINE MOURA DOMINGUES, Aluno**, em 14/05/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0807845** e o código CRC **130AE35F**.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os impactos causados pela pandemia do COVID-19, no ensino básico, em especial, no ensino médio, na disciplina de língua portuguesa a partir da realização uma pesquisa com docentes de língua portuguesa do Instituto Federal Farroupilha (IFFAr), campus São Vicente do Sul, na cidade de São Vicente do Sul, RS. Nela, temos como objetivo compreender os desafios dos alunos e professores durante o ensino não presencial. Nesta perspectiva, justificamos a relevância desta temática por ser uma questão fundamental sobre a educação do Brasil. Além deste assunto, iremos recuperar a referência do documento da BNCC (2018), visto que ele nos faz refletir sobre o uso das tecnologias e documentos como a resolução CNE 05/2020, que deram o aporte inicial para a mudança da organização do calendário letivo. Sendo assim, para a realização deste trabalho, foram coletadas informações através de coleta de dados por entrevista, via *Google forms*, no segundo semestre de 2020, realizada com professores de língua portuguesa do (IFFAr). Por fim, como resultados, a partir da análise das respostas obtidas nesta entrevista, observamos o quão o ensino remoto emergencial impactou diretamente na qualidade da educação.

Palavras-chave: Educação. Ensino remoto. BNCC. Língua portuguesa.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre los impactos causados por la pandemia de COVID-19 en la educación básica, especialmente en la escuela secundaria, en la asignatura de lengua portuguesa, por intermedio de la, realización de una encuesta con profesores de lengua portuguesa del Instituto Federal Farroupilha (IFFAr), campus São Vicente do Sul, en la ciudad de São Vicente do Sul, RS. En esta perspectiva, justificamos la relevancia de este tema por ser una cuestión fundamental sobre la educación en el Brasil. Además de este asunto, recuperar la referencia del documento BNCC (2018), ya que nos hace reflexionar sobre el uso de tecnologías y documentos como la resolución CNE 05/2020 que dió el aporte inicial al cambio en la organización del calendario escolar.. Por lo tanto, para la realización de este trabajo, se recopiló información a través de la recolección de datos por entrevista, a través de formularios de Google, en el segundo semestre de 2020, realizada con profesores de lengua portuguesa del (IFFAr). Finalmente, a partir del análisis de las respuestas obtenidas en esta entrevista, observamos cómo la enseñanza remota de emergencia impactó directamente en la calidad de la educación.

Palabras clave: Educación. Enseñanza a distancia. BNCC. Lengua portuguesa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O ÍNICIO DO ENSINO REMOTO.....	10
3. METODOLOGIA.....	17
4. ANÁLISE DE DADOS.....	19
5. CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	24
ANEXOS.....	25

1. INTRODUÇÃO

Para iniciarmos esta pesquisa, vale mencionar que não é de hoje que as tecnologias fazem parte do nosso cotidiano. Constantemente, elas vêm tomando e assumindo espaços em nossas vidas, trazendo inúmeros benefícios que facilitam a nossa rotina. Porém, a partir do ano de 2020, por conta da pandemia do coronavírus, no Brasil, houve uma necessidade de distanciamento social, para que o país, assim como os demais, obtivesse o controle da propagação do vírus. Contudo, isso acabou por mudar a rotina de milhões de pessoas.

A partir disso, a pandemia, além de afetar milhares de famílias que perderam seus entes, evidenciou as desigualdades sociais. Nisso, em relação à educação, desenvolveu-se um abismo entre alunos e instituições. Ele ficou destacado a partir de situações tais como a ausência de recursos, desde a alimentação com a merenda, até o acesso às tecnologias. Essa falta, deu-se também pela razão de que nem todas as famílias possuíam acesso à internet. Nessa situação de emergência, o ensino não presencial tornou-se uma opção viável. Desta forma, a pandemia gerou consequências no processo de ensino e aprendizagem.

Por esta razão, neste contexto, as tecnologias se tornaram um recurso de extrema importância para os diversos setores da sociedade e a educação não ficou de fora. A partir dessa demanda das medidas emergenciais, ela resultou no ensino não presencial. Esses critérios se tornaram essenciais para a continuidade do ensino. Assim, as instituições escolares buscaram viabilizar o estudo aos alunos, através do uso das plataformas digitais, materiais físicos, livros didáticos e demais recursos disponíveis.

Neste ponto de vista, os professores tiveram que se reinventar em relação às suas práticas docentes, tal como repensar na elaboração de materiais didáticos, na forma de avaliar os alunos e de se autoavaliar. Isso propiciou a eles uma mudança de paradigma educacional, em que todos tiveram que (re)inventar-se.

Para tal, todos os alunos também desenvolveram um papel importante nessa mudança, pela razão de que, além de professores e de gestores, a família também teve o dever de incentivar e acompanhar os estudos de maneira presencial dentro de casa, fato que foi primordial para os discentes continuarem aprendendo.

Em vista disso, esta investigação tem como objetivo refletir sobre os impactos causados pela pandemia do COVID-19, no ensino básico, em especial no ensino médio, na disciplina de língua portuguesa. Para tal, iremos realizar uma pesquisa com docentes de língua portuguesa do Instituto Federal Farroupilha (IFFAr), campus São Vicente do Sul, na cidade de São Vicente do Sul, RS, para entender quais foram as repercussões causadas pela pandemia.

Nesta perspectiva, justificamos a relevância da temática por entender que refletir sobre os impactos causados pela pandemia na educação básica, em especial nas aulas de língua portuguesa, é uma questão fundamental para entender os rumos que o ensino de língua materna está tomando. Além deste assunto, recuperamos a referência do documento da BNCC (2018), visto que ele nos fez refletir sobre o uso das tecnologias. Além disso, também utilizamos a resolução CNE 05/2020 que promoveu o aporte inicial para a mudança da organização do calendário letivo.

Sendo assim, para a realização deste trabalho, foram coletadas informações através de entrevista, via *Google forms*, no segundo semestre de 2020, que foi realizada com professores de língua portuguesa do (IFFAr). Na sequência, esta pesquisa trará uma breve reflexão sobre os impactos e desafios que o ensino remoto trouxe para a educação, além de direcionar-se uma investigação relacionada às tecnologias e o ensino de língua portuguesa acordo com o que a BNCC (2018) previu, e como isso está sendo utilizado na prática das aulas.

De continuidade, foi realizada a análise das respostas coletadas a partir das respostas fornecidas pelos professores, que nos levaram a possíveis considerações sobre as consequências da pandemia no uso das tecnologias nas aulas de língua portuguesa naquele contexto específico do IFFAr, campus São Vicente do Sul. Nisso, buscamos tratar do contraste social apresentado pela realidade de professores e alunos, no qual influencia muito no modo que o ensino e aprendizagem chegam aos estudantes. Isto quer dizer, no modo que esses desafios influenciam na qualidade em que a educação, de fato, chega até as pessoas.

2. O ÍNICIO DO ENSINO REMOTO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia ocasionada pelo COVID-19 foi anunciada a partir do dia 11 de março de 2020. Neste momento, a população brasileira, tal como a mundial, foi convocada a se reinventar. Essa situação foi desafiadora e chegou impondo um novo estilo de vida, cheia de incertezas, de angústias e de medos. Neste momento, fomos orientados a realizar distanciamento social e usar máscaras faciais. Desde então, todos os setores tiveram que reformular suas atividades, com a intenção de diminuir a propagação do vírus.

Por sua vez, no que se refere ao campo da educação, a comunidade escolar (entende-se professores, alunos e família) foi convocada a se adaptar a essas mudanças pois, de acordo com o CNE (Conselho Nacional de Educação) 05/2020 que diz o seguinte:

O Ministério da Saúde editou a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de fevereiro de 2020, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19). (BRASIL,2020,p 1)

A partir deste documento, há uma reorganização do calendário escolar, paralisando as aulas presenciais, como modo de prevenção para impedir a propagação do COVID-19. Essa foi uma das medidas necessárias, entre várias outras, em diversos setores que são fundamentais para manter o distanciamento nesse momento. Elas causaram uma mudança repentina na rotina, na vida e nas relações de várias pessoas. A partir disso, conforme ressalta o documento, todos tiveram que se habituar com o uso de outras ferramentas para seguir o processo de ensino, tais como as tecnologias digitais e a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs).

Contudo, em junho de 2020, o MEC publicou a portaria nº 544, em que alterou oficialmente o regulamento educacional, permitindo por tempo estimado em situação emergencial, a substituição de aulas presenciais por atividades letivas, utilizando tecnologias digitais, respeitando assim o distanciamento social, conforme a seguinte citação:

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. (BRASIL, 2020)

Doravante dessa modificação, em que o ensino a partir dos meios digitais tornou-se obrigatório, há a urgência de que toda a sociedade se mobilize e se adapte para promover um ambiente propício para o desenvolvimento do ensino remoto. Para tal reflexão, entendemos o ensino remoto pelo conceito de Moreira e Schlemmer (2020), que refletem o seguinte:

O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O Ensino Remoto ou Aula Remota se configura então, como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pela COVID-19, que impossibilita a presença física de estudantes e professores nos espaços geográficos das instituições educacionais. (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 8).

Em concordância com a reflexão de Moreira e Schlemmer (2020), compreendemos que o ensino remoto assumiu um papel importante na educação, ao observar que ele fez as vezes da presença física do professor. Em relação aos professores em geral, os quais assumiram um desafio constante de promover recursos suficientes para que seus alunos tenham uma aprendizagem crítica e reflexiva.

Sobre o ensino remoto, ele surgiu no ensino básico com um recurso emergencial, cuja finalidade foi promover o ensino durante a época de pandemia, conforme descreve a Resolução da citação seguinte:

Nesse sentido, a Nota de Esclarecimento do CNE indicou possibilidades da utilização da modalidade Educação a Distância (EaD) previstas no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e na Portaria Normativa MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, os quais indicam também que a competência para autorizar a realização de atividades a distância é das autoridades dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital (BRASIL, 2020, p.7)

Portanto, entendemos que o ensino remoto é um modelo de ensino que foi criado de forma emergencial, com a intenção de diminuir o impacto causado pela

paralisação das aulas presenciais e aproximar professores e alunos. Ele foi pensado de modo a encurtar a distância entre alunos, professores e aprendizagem. Esse modelo de estudo utiliza plataformas digitais para dar continuidade ao ensino, seguindo os mesmos dias e horários das aulas presenciais. Cabe ressaltar que o ensino remoto, não é sinônimo somente do uso das tecnologias, mas também de recursos, tais como livro didático e o material impresso.

Por sua vez, cabe ressaltar que há diferença entre o conceito de ensino remoto de Educação a Distância (EaD). Ainda sobre a EaD, o CNE, a define como:

[...] uma modalidade educativa, cuja mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem efetiva-se por meio da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes, professores e tutores, desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos. (BRASIL, 2014, p.20)

A partir dessa perspectiva, entendemos que a EaD é um tipo de ensino-aprendizagem em que também se utilizam recursos tecnológicos, tal como possui atividades que são realizadas em tempos diferentes (síncronas e assíncronas), ou mesmo possibilitando flexibilidade para o aluno de acordo com a demanda de horário de cada pessoa. Essas aulas podem ser gravadas e/ou transmitidas para serem assistidas a qualquer momento. O principal elemento de distanciamento entre o ensino remoto e o ensino na modalidade EaD é que a EaD é pensada para o ensino a distância total ou parcial, enquanto que o ensino remoto assume um papel secundário, emergencial, por vezes.

Neste sentido, a partir do cessamento na escolarização presencial, como garantia do direito ao ensino, os sistemas educacionais vêm adicionando cada vez mais competências e habilidades aos docentes, ou seja, mais demandas sem acréscimo de remuneração. Assim, multiplicando os trabalhos dos professores e sobrecarregando-os com atividades pelas quais eles não tiveram oportunidade de aprender em sua formação, obrigando-os a se adaptar e se reinventar na educação com o uso das tecnologias, porém sem planejamento para tal.

Por este ângulo, a educação no Brasil, tanto alunos quanto professores, se encontram a partir de “atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação)”, que é a nomenclatura oficial de acordo com a Resolução CNE 05/2020. Diferentemente do ensino remoto e da

Educação a distância, essa foi a terminologia utilizada pelo governo para nortear o ensino, durante o período de pandemia.

Daí em diante, a CNE 05/2020 possibilitou a oferta de atividades pedagógicas que respaldassem tanto alunos quanto professores e funcionários do contato físico. Segundo a Resolução deste documento, define-se atividade pedagógica não presencial como:

Cabe salientar que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas. (BRASIL, 2020, p.8).

Em concordância com a Resolução, entendemos que essa mediação não presencial tem como objetivo suprir a carência das atividades presenciais e que foi a opção possível frente a toda a adversidade da situação da educação no Brasil. De modo emergencial, ela também visa proteger as integridades físicas dos personagens envolvidos no contexto educacional. Neste seguimento essas atividades pedagógicas não presenciais podem ser as seguintes:

Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares. (BRASIL,2020, p.8).

Sendo assim, a partir do viés da CNE 05/2020, compreendemos a diversidade de possibilidades e recursos que a educação dispõe. Nesta perspectiva, o papel desempenhado pelo docente pode oportunizar diversos recursos para facilitar e mediar a aprendizagem dos alunos. Diante da circunstância atual, o ensino tem correlação com a educação e o uso das tecnologias digitais e constituem-se em instrumento pedagógico estratégico no processo de ensino-aprendizagem.

O ensino, além de demandar diversos desafios, acaba exigindo uma postura de individualização mais delineada que no ensino presencial. Isso se deve pelo

motivo que o professor teve que atuar por diversas frentes de trabalho, tentando alcançar alunos com e sem sinal de internet, por exemplo, dentre outras tantas demandas. E ainda não há uma forma de dimensionar esse trabalho que acaba não remunerando os docentes de forma correta de acordo com a carga horária trabalhada, pois o trabalho não acaba quando a aula termina.

Com base em tal reflexão, entendemos a relevância das atividades pedagógicas não presenciais para a educação em tempos de pandemia, em especial nas aulas de língua portuguesa. Nesse sentido, ampliamos o seu debate sem o intuito de encerrá-lo. Sendo assim, damos continuidade a essa pesquisa, continuando a discussão no item seguinte, em que abordaremos a BNCC e o ensino de língua portuguesa.

2.1 BNCC, SUAS HABILIDADES EM LÍNGUA PORTUGUESA E OS DESAFIOS NA PANDEMIA

Diante desse tempo pandêmico e todas as suas circunstâncias, conforme que já explicamos no item anterior, fica mais perceptível a importância das competências da Base Nacional Comum Curricular BNCC (2018). Por certo, ela orienta o processo de ensino-aprendizagem nacional, nas redes pública e privada de ensino. Ou seja, o documento atua como referência obrigatória, norteando a construção escolar, tal como o direcionamento que deve ser adotado pelos professores em suas práticas educativas.

Nesta lógica, esta investigação buscou compreender o ponto de vista dos professores de língua portuguesa sobre os impactos ocasionados pela pandemia na educação perante o documento da BNCC (2018) de Língua Portuguesa. Esse documento tem o intuito de nortear o ensino no Brasil, como um todo, não se restringindo somente ao ensino de língua portuguesa. Contudo, em relação ao ensino de português, ele promove recursos que colaboram para a participação significativa e crítica do aluno nas diversas condutas sociais de linguagem.

Por isso, um dos maiores desafios é que o documento venha a promover recursos que auxiliem na construção dos currículos escolares críticos, tais como os

previstos na BNCC (2018), com a nova modalidade de ensino. Entendemos que as escolhas realizadas na construção do currículo adotado por uma escola tem a capacidade de proporcionar um ensino que, além de promover o ensino crítico, permite que o aluno entenda e tenha acesso a muitas possibilidades de visão de mundo, ampliando, assim, a sua leitura em relação à sociedade. Assim, o componente Língua Portuguesa da BNCC (2018) entende-se, para atender as demandas desenvolvidas com o objetivo de guiar as práticas pedagógicas e

com documentos e orientações curriculares produzidas nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). (BRASIL, 2018, p. 63).

Então, notamos a partir disso, que o documento sugere flexibilidade para se adaptar às novas propostas pedagógicas de acordo com cada grupo, concebendo diversos fatores como a região, a cultura e a faixa etária, que fazem parte da formação do sujeito. Formação essa que passa por uma postura que visa promover recursos que viabilizem a criticidade dos discentes. Além disso, a BNCC (2018), que norteia especificamente o ensino de língua portuguesa, preconiza as atividades de leitura, escuta e produção textual, utilizando recursos tecnológicos desde 2018, conforme podemos observar na citação seguinte sobre o componente de língua portuguesa:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). (BRASIL, 2018, p. 67).

Em relação às práticas de linguagem, a BNCC (2018) é estruturada em campos de atuação como a vida cotidiana e a vida pública, além de campos de estudo e de pesquisa. Nesta lógica, estes campos representam os tipos de discursos que estão inseridos em cada um desses espaços sociais, e para cada um os professores que têm acesso a uma série de habilidades relacionadas a cada prática de linguagem. Para tal, consideramos práticas de linguagem a partir da definição dada pela BNCC (2018) de língua portuguesa:

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir playlists, vlogs, vídeos-minuto, escrever fanfics, produzir e-zines, nos tornar um booktuber, dentre outras muitas possibilidades. (BRASIL, 2018, p. 68)

Conforme podemos entender em relação a BNCC (2018), ela justifica a presença necessária das práticas pedagógicas em currículos, tal como a sua importância no transcurso escolar. Essa importância vai desde promover acesso à leitura dos diferentes discursos e plataformas de acesso, como a possibilidade que os alunos o produzam. Deste modo, entendemos ser indispensável a ampliação da autonomia intelectual, a compreensão das normas e dos interesses pela vida social, de forma a possibilitar aos estudantes o tratamento com sistemas mais amplos, ligados às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com as tecnologias e com o ambiente.

Presumivelmente, nesse contexto de pandemia, as atividades pedagógicas não presenciais se dão a partir de aulas sincrônicas e de atividades mediadas por meios tecnológicos. Porém, como já foi dito anteriormente, uma situação emergencial e de certa forma, muito recente no país, ainda não possuía estudos suficientes para que se desenvolvessem possibilidades do trabalho com atividades pedagógicas não presenciais de acordo com componentes curriculares específicos da educação básica.

Portanto, especificamente com as necessidades alavancadas na preparação de práticas não presenciais de ensino, temos como hipótese que a desigualdade de acesso à internet e do uso das tecnologias ainda continua sendo um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do ensino. Então essa é a realidade de milhares de brasileiros, em que há uma grande diferença de acesso entre os alunos das escolas públicas e das privadas. Isso fez com que aumentasse cada vez mais o abismo social. É importante destacar que, concomitantemente a BNCC (2018), há

a garantia dos direitos do estudante assegurada pela Constituição Federal (1988), nos artigos 208 e 211:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (BRASIL, 1988).

Portanto, diante da pandemia de COVID-19 é considerado que tais providências de isolamento foram essenciais para manter o ensino de modo não presencial. Contudo, o momento atual está sendo marcado pela flexibilização em todos os setores, em decorrência do avanço de pessoas vacinadas, porém com um considerável número de pessoas infectadas, só que agora sem maiores interferência dos governos. Isso veio proporcionar o retorno de aulas presenciais e respectivamente os direitos de alunos e professores a uma retornado adequada para o momento atual.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta investigação foi uma pesquisa bibliográfica descritiva. Sendo ela desenvolvida com análise qualitativa de informações coletadas através da ferramenta do *Google, Google Forms*. Esta ferramenta permite realizar pesquisas, coletar e compartilhar informações através de questionários *on-line*. Além de sua praticidade de enviar o *link* para várias pessoas ao mesmo tempo, ela proporciona também a possibilidade de gráficos para análises das respostas, então, coletadas. Esse tipo de recurso tornou possível a continuidade de estudos e pesquisas.

Deste modo, foi elaborado um formulário com as seguintes perguntas (da pergunta 1 até a 3 são questões de marcar e a última pergunta é aberta), elas foram enviadas no mês de novembro de 2021.

Este questionário (**anexo 1**) foi enviado por e-mail para cinco professores de língua portuguesa do IFFar - São Vicente do Sul, dos quais obtivemos respostas de

dois docentes, as quais vamos nos referir à professora A, a qual é Doutora em Letras- Estudos Linguísticos- UFSM, mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria; Possui graduação em Letras - língua portuguesa, língua espanhola pela Faculdade Metodista de Santa Maria (2008).

Por sua vez, a segunda professora, da qual iremos nos referir-lá com a letra G, a qual possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2008). Pós Graduação a nível de Especialização em Leitura, produção, análise e reescritura textual pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2010). Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana (2021).

Frisamos que o estudo se justifica na necessidade de saber um pouco mais sobre os principais desafios que eles enfrentaram neste momento atípico. Cabe ressaltar que ao elaborar o formulário, foi levado em conta critérios éticos, como o cuidado com o anonimato e o respeito aos direitos humanos.

4. ANÁLISES DOS DADOS

Diante das informações coletadas no formulário de pesquisa, analisamos algumas realidades e experiências vivenciadas por professores de língua portuguesa do IFFar - São Vicente do Sul. Portanto as perguntas do questionário foram estruturadas com base neste tema assim norteando os docentes sobre o assunto da pesquisa.

A seguir as perguntas e respostas do formulário:

Qual foi o maior desafio que você enfrentou na pandemia, ao ministrar aulas de língua portuguesa ?

2 respostas

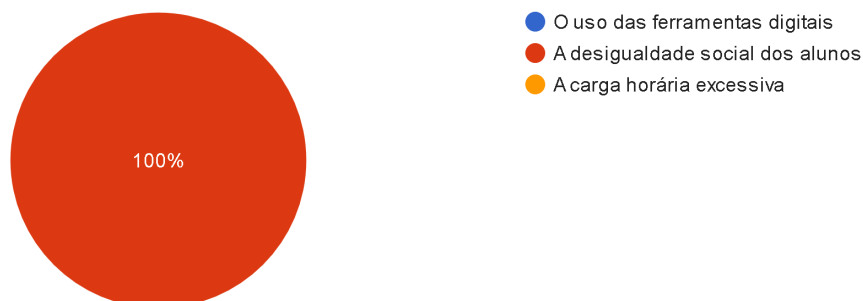


Gráfico 1- Fonte Própria

Conforme observamos no gráfico da primeira pergunta, os docentes selecionaram a mesma opção que foi “ A desigualdade social dos alunos”. Isso quer dizer que nem todos os alunos têm as mesmas oportunidades de acesso às aulas.

Neste sentido, ao refletir sobre as desigualdades sociais, podemos também pensar sobre o viés das tecnologias, conforme comentamos anteriormente no documento da CNE (2014, p.20.), a aprendizagem executa-se por meios tecnológicos, como computadores, celulares, tablets e etc. Porém, sabemos que a realidade da maioria dos alunos nem sempre possibilita que todos tenham acesso a esses recursos, desta maneira dificultando o ensino. Além disso, a desigualdade social além de limitar o acesso à educação, dificulta o acesso à saúde, ao transporte e à alimentação, interferindo na qualidade de vida dos discentes.

Já em relação à segunda pergunta, obtivemos as seguintes respostas:

QUAIS RECURSOS A ESCOLA DISPONIBILIZOU PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS?

2 respostas

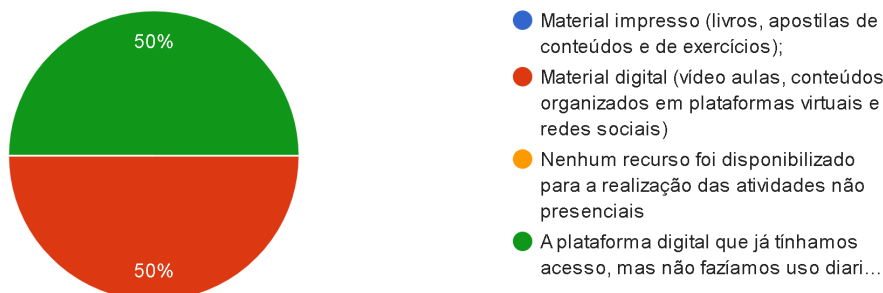


Gráfico 2- Fonte Própria

Em relação à questão 2, as professoras forneceram respostas diferentes. A professora G respondeu “ Material digital (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais e redes sociais)”. Isso impacta nas desigualdades sociais, pois, nem todos os alunos têm acesso aos materiais digitais pela razão de que suas famílias não possuem recursos para promover o acesso aos meios digitais. Isso quer dizer que impacta e limita o desenvolvimento da educação nas vidas desses discentes.

Por sua vez, a professora A selecionou a opção “outros”, na qual ela digitou sua resposta “A plataforma digital que já tínhamos acesso, mas não fazíamos uso diariamente para ministrar aulas”. Isso quer dizer que tanto os professores quanto os alunos já tinham acesso às plataformas digitais, porém eles não utilizavam continuamente. Portanto, diante da situação emergencial do COVID-19, esse meio digital foi o recurso mais viável dentro deste contexto pandêmico. Portanto, a partir da portaria solicitada pelo MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. (BRASIL, 2020) foi salientado sobre a alteração das aulas presenciais por aulas em meios digitais, durante o tempo necessário para a diminuição da propagação do COVID-19.

Contudo, ambas professoras marcaram respostas diferentes, mas de certo modo com alguma semelhança. As duas ressaltaram o uso das ferramentas digitais

em sala de aula, porém, a docente A, preferiu apenas sinalizar a opção “ materiais digitais” como resposta e a G decidiu fazer um breve comentário nesta questão.

Em relação à pergunta 3, observamos que:

QUAL SUA MAIOR DIFICULDADE PARA AUXILIAR OS ALUNOS NO ENSINO REMOTO?

2 respostas

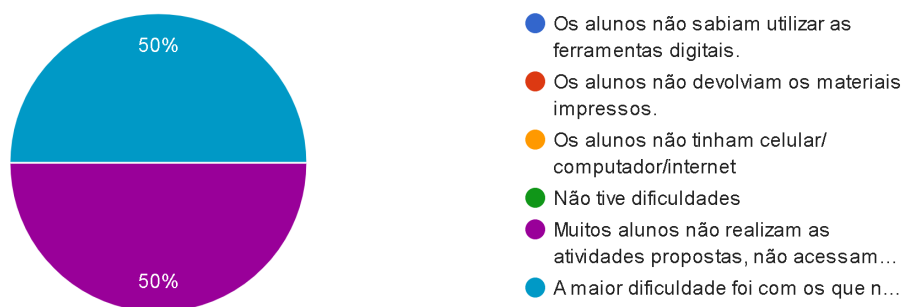


Gráfico 3- Figura própria

De acordo com o gráfico 3, observamos que ambas professoras optaram por assinalar a alternativa “outros” e descreverem suas opiniões sobre a questão. A discente “G” respondeu desta maneira: "Muitos alunos não realizam as atividades propostas, não acessam o material disponibilizado nem assistem às aulas síncronas." Ou seja, alguns alunos não demonstraram interesse nas atividades, materiais disponibilizados e nem em assistir às aulas ao vivo. Entretanto, não fica evidente por qual motivo a discente observou esse desinteresse. Entendemos que diversas podem ser as razões dessa falta de interesse, tais como não entender o conteúdo ou até mesmo não ter condições de acessá-lo.

Já a professora “A” trouxe uma posição bem parecida da discente “G”, porém, com um olhar com mais enfoque para a desigualdade social. Ela escreveu: “A maior dificuldade foi com os que não acessavam a plataforma, ou porque não tinham ferramentas digitais, internet ou outras razões.” Então, aqui, a docente lança hipóteses do que poderiam ser as causas do desinteresse dos alunos.

Nesta última pergunta, ambas docentes responderam com suas palavras, a professora G respondeu: “Diferentemente de outros profissionais que também

ficaram em home office, nós professores não recebemos nenhum auxílio financeiro para que pudéssemos nos organizar, adquirir e gerenciar os custos que essa modalidade de trabalho nos exigiu.” e a professora A respondeu: “Faltou investimento”. Entretanto, a partir da fala dela não conseguimos ter certeza sobre qual tipo de investimento a professora se referia. Podemos inferir que seja em capacitação e remuneração docente, acesso à internet para alunos e docentes e por aí vai, sendo incontável a lista de possíveis investimentos necessários.

Desta maneira, novamente entendemos que na pandemia um dos maiores obstáculos para a educação foi a desigualdade social, impactando diretamente no ensino aprendizagem dos alunos durante o ensino remoto. Após quase dois anos de ensino remoto, qual tipo de auxílio faltou do governo/federação?

Diferentemente de outros profissionais que também ficaram em home office, nós professores não recebemos nenhum auxílio financeiro para que pudéssemos nos organizar, adquirir e gerenciar os custos que essa modalidade de trabalho nos exigiu. Faltou investimento. (DOCENTE G, 2021)

Desta maneira, por mais que uma resposta foi mais detalhada que a outra, ficou evidente a insatisfação das mesmas com a falta de investimento, como nas infra estruturas e nas formações ineficientes para os educadores. Isso se deve pela razão de que o ensino remoto exigiu uma grande mudança na vida de todos e tanto docentes como discentes tiveram que se adequar a mesma. Além da dificuldade de promover aulas à distância, quando alguns não tinham experiência com as ferramentas tecnológicas para dar continuidade na educação, a falta de amparo, a sobrecarga dos professores em relação às horas de trabalho, o corte de verbas e o descaso com a aprendizagem por parte governamental, tornou o desafio do ensino na pandemia, ainda maior, gerando diversos impactos, tanto para docentes, tanto para discentes.

5 CONCLUSÃO

Com base em nossa pesquisa sobre a realidade no ensino de Língua Portuguesa em São Vicente do Sul, a partir da perspectiva das professoras de língua portuguesa do IFFar, podemos dizer que os impactos causados na educação pelo Covid-19 desfavoráveis tanto para professores, quanto para alunos e familiares. Por mais que a BNCC (2018) tenha previsto a importância do uso de ferramentas digitais em sala de aula, não foi elaborado para ser utilizado de modo cem por cento digital, como precisou ser feito durante a pandemia, por conta do distanciamento social.

Sabemos que além dos docentes não terem suportes necessários para a construção de acesso ao conhecimento em formato digital de forma coerente, os alunos também não dispunham de recursos para dar o segmento necessário às aulas. Alguns alunos sequer tinham celular próprio, como muitos dos relatos que tivemos relato de familiares ou amigos, muitas vezes tendo que utilizar o aparelho do pai ou da mãe, somente em horários que os mesmos estivessem em casa, e muitas vezes também sem internet, o que resultou em uma gama de alunos sem conseguir dar continuidade aos estudos, o que acabou causando grande evasão escolar durante estes dois anos de pandemia.

Neste sentido, entendemos que esta pesquisa, além de compreender o impacto das práticas pedagógicas não presenciais, também visou ampliar o debate sobre os impactos na educação em tempos de pandemia. Compreendemos que os impactos, de fato, serão sentidos no decorrer dos anos, tendo em vista as lacunas que estes dois anos remotos podem ter deixando em relação a aprendizagem dos alunos. Cabe continuar refletindo sobre esse assunto, de modo a promover práticas que visem diminuir as arestas de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. L.; PEREIRA, P. R. F. Entrevista: Os desafios do ensino remoto na educação básica. Revista Leia Escola, v. 20, n. 1, p. 231-239, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Casal Civil, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância. Brasília: MEC, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, R.; CABETTE, R. Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino: Utilização da Gamificação, como Metodologia Ativa para Cursos de Graduação EAD. Revista ECCOM, v. 11, n. 22, p.11-24, jul./dez. 2020.

OLIVEIRA, A.C; Lucas, T.C; IQUIAPAZA, R. A. O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? Texto Contexto & Contexto – Enfermagem, Scielo Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/tce/a/cgMnvhg95jVqV5QnnzfZwSQ/lang=pt> Acesso em: 16 de Maio de 2021

ANEXO 1

- 1) Qual foi o maior desafio que você enfrentou na pandemia ao ministrar aulas de língua portuguesa ?
 - () O uso das ferramentas digitais.
 - () A desigualdade social dos alunos.
 - () A carga horária excessiva.
 - () Outros : _____

- 2) Quais recursos a escola disponibilizou para realização das atividades não presenciais?
 - () Material impresso (livros, apostilas de conteúdos e de exercícios).
 - () Material digital (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais e redes sociais).
 - () Nenhum recurso foi disponibilizado para a realização das atividades não presenciais.
 - () Outros: _____

- 3) Qual sua maior dificuldade para auxiliar os alunos no ensino remoto?
 - () Os alunos não sabiam utilizar as ferramentas digitais.
 - () Os alunos não devolveram os materiais impressos.
 - () Os alunos não tinham celular/computador/internet.
 - () Os alunos não tinham celular/computador/internet.
 - () Outros _____

- 4) Após quase dois anos de ensino remoto, qual tipo de auxílio faltou do governo/ federação?